

Epistemologia e jornalismo: a falência da objetividade

Arthur Ituassu

Introdução

Uma pesquisa recente nos Estados Unidos constatou que a qualidade de “Nobel da paz” acompanha com mais frequência o nome do arcebispo Desmond Tutu do que o de Yasser Arafat, mesmo que ambos tenham sido angariados com o prêmio.

Segundo a sondagem, feita em um banco de dados popular no país (Nexis), Desmond Tutu é mencionado em mais de 3 mil artigos. Em pelo menos 388 (11%), o nome vem seguido do título internacional que recebeu em 1984. No caso do falecido militante árabe, Arafat é citado em quase 100 mil artigos, mas apenas em 177 (0,2%) o nome é acompanhado do termo “Nobel da paz” (Cunningham, 2003).

O espanto do resultado é por si uma questão epistemológica. Uma interpretação objetiva, por exemplo, poderia argumentar que há um “desvio” nos critérios da produção de notícia que se representa pela discriminação (subjetiva) de dois personagens detentores de uma mesma qualidade, a de “Nobel da paz”. Outra leitura, por exemplo, poderia dizer que houve uma construção do personagem “Tutu” como alguém mais próximo da idéia de “paz” do que Arafat, e que o resultado da pesquisa mencionada acima é produto de um processo social e/ou histórico.

A idéia do “desvio” é antiga e se refere a uma determinada noção de “objetividade”. Segundo a interpretação ortodoxa, o conceito pode ser entendido como “neutralidade” ou “a separação dos fatos dos valores e da opinião” (Durham, 1998). *“As an ideal counter to the reality of the reporter’s own subjectivity”* (p. 118).

É importante perceber que a cisão só pode fazer sentido se há uma crença anterior de que tais categorias “existem” independentes umas das outras. A noção é dependente de uma idéia singular, reconhecida como “verdadeira” e provida de existência autônoma da do sujeito, por exemplo. “*This idea of a single recognizable truth that has an independent existence is still grounded in the oldest conceptualization of objectivity – the notion of the value-free fact.*” (p. 119).

De fato, a “objetividade” é um conceito-chave para a epistemologia do jornalismo à medida que estabelece qualidade à relação entre o autor e o fato (sujeito e objeto).

Segundo Cline (2004:4), o jornalista, como observador objetivo, é capaz de descobrir fatos ou de reproduzir com fidelidade aqueles observados pelas fontes. O autor também é capaz de expressar os fatos ou as observações de uma forma que evite distorções (desvios). Desta forma, os fatos (e/ou a “verdade”) “existem” independentes do jornalista, das fontes e da recepção.

É claro, há algumas explicações para o fenômeno. Vale perceber, por exemplo, que a identificação do conceito de “objetividade” com o significado de “imparcialidade” aponta para outro alicerce moderno da produção de notícias: o pluralismo, “*the journalistic mandate to represent a diversity of positions and voices in the interests of responsibility to the public*” (Barney, 1986, in Durham, 1998:119).

Também como afirma Durham (1998:119): “*Journalists are expected to simultaneously fulfill their obligations to objectivity and pluralism by conscientiously including a multiplicity of viewpoints in a news story, while carefully excluding any manifest evidence of their own*”.

Assim, uma forma possível de perceber a ação da objetividade está na qualidade moderadora do conceito não só na relação entre o jornalista (sujeito) e o fato (objeto), mas também naquela do autor com o produto do seu trabalho (Tuchman, 1972, in Durham, 1998:118), o que lhe confere uma certa liberdade relativa de atuação mas o esvazia de responsabilidade sobre o noticiado.

Afinal, como mostra Cunningham (2003), uma falha particular da produção de notícias tem sido permitir que a objetividade sirva de justificativa para uma mera recepção passiva dos fatos, que toma o lugar da crítica e da preocupação com uma narrativa didática ao leitor das complexidades do mundo.

Ao mesmo tempo, na perspectiva da Economia Política, Ognianova e Endersby (1996:23, in Durham, 1998:119) argumentam que a objetividade aumenta o potencial de mercado das empresas ao centralizar politicamente o repórter. “*Objectivity is a successful tactic used by the news media for maximizing their audience.*”

Mesmo assim, e apesar de relevantes, as explicações não alcançam o fato de que a separação entre sujeito e objeto na prática da produção de notícias é também expressão histórica do debate epistemológico na cultura ocidental.

Epistemologia, da ortodoxia à crítica

Há um relativo consenso de que o “conhecimento” é um ponto-chave da história dos debates epistemológicos. Logo de início, a *epistémé* grega é colocada de modo a se diferenciar da *doxa* (senso-comum, opinião).

Há algo além da “opinião”? O ceticismo, por exemplo, poderia dizer que “não”, não há “conhecimento” e não há como se chegar a uma dita “verdade”, como insistem os metafísicos. Certamente e pelo menos hoje, outros poderiam dizer até que essa “verdade” ou esse “conhecimento” sequer existem como proposições universais, mas são apenas produtos dependentes da vida social e/ou histórica.

Não foi o que pensou René Descartes (1596-1650), por exemplo. Segundo Williams (2003), Descartes deu início à Idade Moderna ao induzir a filosofia a um desvio epistemológico. Afinal, a idéia *descartiana* foi a de reconstruir o conhecimento a partir de novos alicerces (*cogito ergo sum*), dos quais só seriam válidos aqueles que se submetessem aos critérios da dúvida.

A obra de Descartes tem origem em uma época na qual uma visão de mundo com base na filosofia aristotélica e na teologia cristã começa a ser pressionada por novas idéias de expressão científica. O autor se posiciona em tal momento histórico de modo a defender um rompimento radical com o passado, com a proposta de erguer novos alicerces para o pensamento. Com isso, a filosofia *descartiana* se utiliza da dúvida metódica na busca de proposições que resistam ao assalto cético.

De fato, o movimento segue uma origem anterior. Como mostra Olga Pombo em *Apontamentos sobre o conceito de epistemologia e o enquadramento categorial da diversidade e de concepções de ciência*, há três períodos principais que dizem respeito à qualidade das questões que a filosofia tem colocado à ciência.

Em um primeiro período, a pergunta central consistiu em saber se a ciência (ou o “conhecimento”) é ou não possível. A problemática, logo de início, estabeleceu duas posições opostas: a dos céticos, que recusavam a possibilidade da ciência e consideravam não ser possível chegar a um conhecimento universal – pois todo “conhecimento” é necessariamente subjetivo; e a dos grandes sistemas filosóficos de Aristóteles e Platão, que defendiam as possibilidades da verdade e da ciência. Após o Renascimento e a crise cética originada no período, foi a vez de nomes como Descartes e Leibniz argumentarem em prol do alcance do pensamento rumo ao “conhecimento”, no sentido mais amplo (universal).

Um segundo período, ainda de acordo com Olga Pombo, poderia ser estabelecido a partir da obra de Kant, no século XVIII. Posterior à teoria newtoniana do Universo, Kant desafia outra questão na relação entre ciência e filosofia: como é possível fazer ciência, construir conhecimento?

Como afirma Delacampagne (1997:17), em relação às duas teses de Kant: 1. o que as coisas são “em si”, independentemente da maneira pela qual nos aparecem, ninguém pode saber; e 2. a objetividade da ciência é independente das condições nas

quais é produzida, ou seja: as condições não determinam a objetividade – são, de fato, complementares. A primeira desvia do dogmatismo, onde a razão não é questionada. A segunda livra a ciência do empirismo como armadilha, com a conclusão de que a corrida pela imparcialidade, pela objetividade científica, se esgotou.

Desta forma, Kant conseguiu retirar a filosofia do campo de batalha das “metafísicas antagonistas”. Conseguiu fazê-la entrar no ramo seguro da ciência. Ciência na subjetividade.

É difícil, ainda mais para um trabalho como este, avaliar o impacto da radicalização de Kant sobre os propósitos e os limites da razão, em especial para as ciências sociais. No entanto, o que certamente se pode tirar da experiência kantiana é o esvaziamento das questões relativas à objetividade no plano macro do pensamento e da filosofia.

Não à toa, Kant demonstrava ampla admiração pelos ataques à razão elaborados por Jean-Jacques Rousseau (sobre isso ver: Ituassu, 2002) e será seguido por Karl Marx, com a “chegada do filósofo à Terra”, como disse Hannah Arendt, sendo estabelecido assim um laço tradicional entre os três autores: a crítica. É no momento kantiano que estão desveladas as possibilidades da crítica para e sobre o pensamento, em um plano hierárquico superior ao da imposição da objetividade.

Esgotado o problema da objetividade, a epistemologia, como mostra Olga Pombo, passa a se ater sobre a pergunta: mas, afinal, o que é a ciência? A autora cita alguns caminhos para a resposta, como o da confirmação positiva, pelo qual o conhecimento deve ser sustentado positivamente pela experiência (positivismo); o da confirmação negativa, no qual um conhecimento se torna científico apenas na sua possibilidade popperiana de refutação (o princípio da refutabilidade); ou o da confirmação formalista, que afirma a impossibilidade de se confirmar o conhecimento, quer positiva ou negativamente, na confrontação com a realidade, fechando a ciência numa linguagem própria, um sistema de signos internos que, de alguma forma, pode vir a ser importante para compreender o mundo.

O importante é perceber um movimento histórico que vai do fortalecimento da “objetividade”, pelo empirismo e pelo positivismo, para outro posterior dominado pela exacerbação crítica, que culmina com os estudos mais ligados às perspectivas da construção social, histórica, da linguagem e do discurso.

Alberto Oliva (1990), por exemplo, aponta a origem da hegemonia da concepção empirista no *Novum Organon* de Francis Bacon.

A partir das reviravoltas ocorridas na metaciência posterior aos anos [19]30, foi ficando cada vez mais claro que aquilo que se tendera, durante muito tempo, a caracterizar como a racionalidade funcional da ciência não passava de uma questionável apropriação empirista metadiscursiva dos conteúdos explicativos forjados pelas diversas ciências particulares. Os cânones de investigação que

vinham sendo propostos pelas vertentes empiristas despontam, a partir de certos estudos históricos, em franca dissonância com os procedimentos usualmente empregados em processos específicos de pesquisa. Começa-se a notar que o discurso metodológico empirista tradicional encerra uma normatização constantemente defasada, com suas prescrições revelando-se freqüentemente incapazes de apreender e justificar a riqueza das mutações históricas verificadas no âmbito dos sistemas de produção de conhecimento (1990:11).

Segundo Oliva, a partir do século XVII, os trabalhos dedicados à questão metodológica manifestam propensão a creditar a superioridade explicativa da ciência, por oposição às pseudociências e à especulação, ao fato de se devotar a meticolosas e rigorosas observações a partir das quais se formam, via indução, teorias *fatualmente* (sic) enraizadas.

O racionalismo, com sua tendência a caracterizar as ciências como sistemas dedutivos, não exerceu tanta influência sobre o discurso metodológico corrente em virtude de jamais ter dado proeminência à problemática do estabelecimento de linhas divisórias entre o metafísico e o científico (idem:12).

De acordo com o autor, foi exatamente o *Novum Organon* de Francis Bacon (1561-1626) que canonicamente respondeu ao problema da demarcação. A proposta baconiana, segundo a qual a ciência (produção de “conhecimento”) é indutiva e a indução é um processo de estabelecer ou justificar teorias (“verdades”) por meio de observações ou experimentos repetidos, serviu para demarcar a prática das pseudociências, da teologia e da metafísica.

É interessante perceber, ainda mais para uma discussão sobre a epistemologia do jornalismo, que assim foi historicamente estabelecido o pressuposto de que “os resultados obtidos são conseqüências inevitáveis da aplicação adequada de regras estipuladas” (p. 16). Desta forma, a observação desponta como “a garantia de que não se projeta uma racionalidade que não pertence à ordem de inteligibilidade própria aos fenômenos sob investigação” (idem:21).

Como escreveu Bacon: “Resta-nos um único e simples método de emitirmos nossas opiniões: levar os homens aos particulares e às suas séries e ordens regulares a fim de que os homens se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a adquirir familiaridade com as coisas” (Francis Bacon, aforismo 36, in Oliva, 1990: 21).

Neste sentido, observar é tanto um procedimento que garante a originalidade epistêmica quanto uma atividade que vai embasar o projeto (moderno) de controle instrumental da natureza. No entanto, como aponta Oliva, por mais que Bacon leve a observação a enraizar os nossos sistemas interpretativos no reino do empírico, o

filósofo sabia que muitos são os obstáculos que surgem ao longo da via que leva à rigorosa investigação do objeto.

Mesmo que suponhamos que exista uma atividade observacional pura, não podemos deixar de reconhecer que nossas caracterizações dos “fatos” costumam ser prejudicados por falhas no nível da percepção – o *argument from illusion* – e por preconceitos profundamente em nós arraigados que nos levam a ter visões deformadas [desvios] até daquilo que mais corriqueiramente registramos (idem:21).

Como afirma Oliva, o pensamento baconiano é um no qual se acredita que o ataque à eventual ação perniciosa dos *idola* – fontes tipológicas de ilusão cognitiva capazes de impedir o fidedigno exercício das atividades observacionais; *idola tribus* (específicos da espécie humana, distorções antropomorfizadoras), *specus* (natureza histórica de cada um), *fori* (das relações, de comunicação, por exemplo) e *theatri* (dogmas gerados por sistemas filosóficos que se insinuam no intelecto humano como verdades indisputáveis sem que se mostrem efetivamente capazes de proporcionar uma descrição real tal qual é) (idem:22). Um suposto esvaziamento da influência dos *idola* na observação leva às condições possíveis de se capturar a inteligibilidade própria dos fenômenos sem a interferência de fatores antropomorfizadores, idiossincráticos, geradores de equívocos expressivos e de distorções filosóficas.

Tendo em vista as “ciladas cognitivas” (idem:24) representadas pelos *idola*, Bacon não só defende o argumento da experiência como forma exemplar de se adquirir conhecimento, como também sustenta o fato de que a atividade observacional só é fidedigna se precedida do combate às fontes de ilusão cognitiva criadas pelos *idola*. Tal epistemologia é tão familiar à prática de produção de notícias quanto foi alvo “gradual e irreversível” de erosão durante todo o século XX (idem:19).

Mesmo que caiba aqui fazer uma história crítica da epistemologia, vale lembrar novamente a influência da obra de Kant como representação de uma virada epistemológica na história da filosofia após Descartes. Como afirma Ferrater Mora (1982), não se concebia o estudo do conhecimento como capaz de dar impulso a uma disciplina filosófica especial. A partir de Kant, em contrapartida, o problema do conhecimento começa a ser objeto efetivo da “teoria do conhecimento”.

Com relação à possibilidade do conhecimento, como já foi mencionado, há um caminho que se esgota no representante principal do Iluminismo alemão. Enquanto a tradição descartiana procurou descobrir um fundamento para o conhecimento que fosse independente de quaisquer limites (*cogito ergo sum*), Kant procurou estabelecer o “plano transcendental”, onde conhecer é sobretudo “constituir”, isto é, “constituir o objeto enquanto objeto de conhecimento” (idem:73).

Segundo o pensamento kantiano, as idéias transcendentais ultrapassam toda a possibilidade da experiência, encontrando-se segregadas quase por completo das formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e dos conceitos puros do entendimento (categorias). Como sínteses metafísicas efetuadas pela razão pura, as idéias não são constitutivas, são somente princípios reguladores da razão.

O papel histórico de Kant foi o de ampliar as possibilidades da razão, retirar da ciência (e da filosofia) o peso do empirismo radical (baconiano, por exemplo) e gerar a possibilidade de a subjetividade ser não só objeto de estudo como também base para projetos de transformação. Afinal, depois de Kant, toda aproximação é normativa.

Como dizem muitos autores, em especial uma boa parte da escola marxista, o problema da objetividade sempre foi o de esvaziar a possibilidade da crítica, elemento fundamental da “tradição” da qual Kant, Rousseau e Marx, por exemplo, fazem parte, e que também se representa na “virada sociológica” da política e da economia, produzida pela chegada das perspectivas não só sociais (construtivismo), como também históricas e céticas à racionalidade (pós-modernas).

A expressão mais radical do fenômeno epistemológico pode ser representada pelas teorias da literatura, que interpretam o “pensar”, por exemplo, senão pela influência canônica.

Do mesmo modo que Shakespeare ultrapassa todos os outros escritores, antes ou depois, no enfatizar uma imutabilidade última em todos nós, uma posição fixa que devemos ocupar eternamente, também Shakespeare ultrapassa todos os outros no evidenciar uma psicologia de mutabilidade. Ele não apenas supera todos os rivais, mas origina a descrição da autotransformação com base no entreouvirmos. (...) Hoje todos nós andamos por aí falando a nós mesmos interminavelmente, entreouvindo o que dizemos, depois meditando e agindo com base no que aprendemos. Isso não é tanto o diálogo da mente consigo própria, nem mesmo um reflexo da guerra civil na psique, quanto a reação da vida ao que se tornou necessariamente a literatura (Bloom, 1995:55).

Sobre a epistemologia do jornalismo

Desta forma, é certo que não há, filosoficamente, mais espaço (há muito tempo, diga-se de passagem) para a representação de um sujeito objetivo que procura fazer observações isentas do objeto, para retratá-lo da forma mais fidedigna possível, tanto no sentido da *práxis* – dado o questionamento relativo à possibilidade existencial de um objeto independente da experiência –, quanto no caráter normativo da produção do conhecimento – a questão da crítica –, ambos, vale dizer, alvos do pensamento kantiano.

Neste sentido, surge a necessidade (tardia) de uma discussão no que diz respeito à epistemologia contemporânea da produção de notícias. Alguns debates, no campo acadêmico americano, por exemplo, têm apontado para soluções do tipo de uma “epistemologia do ponto de vista” – “*as an ideal counter to the reality of the reporter’s own subjectivity*” (Durham, 1998) – ou do “jornalismo cívico (público)” – “*a greater move toward more public essayism, civic participation/service learning, and public engagement through writing*” (Cline, 2004).

Cunningham (2003) apresenta duas sugestões sobre a problemática. Na primeira afirma que o jornalismo e os jornalistas devem tanto assumir como deixar claro ao público que a prática é bem mais subjetiva do que boa parte do senso comum acredita. “*If we stop claiming to be mere objective observers, it will not end the charges of bias but will allow us to defend what we do from a more realistic, less hypocritical position*” (idem:9).

A segunda, exatamente onde este trabalho pretende chegar, sugere que é preciso dar tempo e encorajar o repórter (sujeito) a desenvolver *expertise*, com o intuito de utilizá-la para produzir questionamentos às afirmações colocadas na apuração (*competing claims*), identificar e gerar explicações sobre questões escondidas na complexidade dos temas e julgar sobre o que leitores ou telespectadores devem ou não saber e/ou entender sobre o fato, sem, por isso, deturpá-lo.

Certamente, trata-se, no campo do jornalismo, de uma nova relação entre o sujeito e o objeto. Uma que assume a interação constitutiva dos pólos (e não uma separação autônoma) e pensa na preparação intelectual do primeiro para o exercício da interação com o segundo, algo que não dependa de uma suposta representação fidedigna de uma realidade, pela objetividade – prática há muito desacreditada pela tradição filosófica do pensamento epistemológico.

Arthur Ituassu
Professor da PUC-Rio

Referências bibliográficas

- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1995.
- CLINE, Andrew R. Toward a field theory of journalism. In: *Rhetorica: Press-Political Journal*, 2004. Disponível em http://rhetorica.net/field_theory.htm
- CUNNINGHAM, Brent. Re-thinking objectivity. In: *Columbia JournalismReview*, Jul/Aug., 2003. Disponível em http://www.findarticles.com/p/articles/mi_qa3613/is_200307/ai_n9295934
- DELACAMPAGNE, Christian. *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- DURHAM, Meenaski Gigi. On the Relevance of Standpoint Epistemology to the Practice of Journalism: The Case for “Strong Objectivity”. In: *Communication Theory*, vol. 8, 1998, pp. 117-141.

FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
ITUASSU, Arthur. Idéias e política externa americana, uma discussão. In: *Contexto Inter-nacional*, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, vol. 23, n°. 2, Julho/Dezembro, 2001, pp. 361-98.

_____. Rousseau, *Sturm und Drang*, civilização e barbárie: representação do embate entre culturas e a atualidade das discussões acerca do Iluminismo francês. In: *Alceu*, Revista de Comunicação, Cultura e Política do Dep. de Comunicação Social da PUC-Rio, vol. 2, n°. 4 – jan./jun., 2002, pp. 173-90.

OLIVA, Alberto (org.). *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Campinas: Papirus Editora, 1990.

POMBO, Olga “Apontamentos sobre o conceito de epistemologia e o enquadramento ca-tegorial da diversidade de concepções de ciência”, (s/d). Disponível em http://educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigação/cat_epist.htm

WILLIAMS, Michael. *Problems of Knowledge: a Critical Introduction to Epistemology*. London: Oxford University Press, 2001.

Resumo

O artigo “Epistemologia e jornalismo: a falência da objetividade” discute a prática de produção de notícias a partir das questões colocadas em pauta pelo debate histórico entre a filosofia e a ciência (epistemologia), sob o foco das Ciências Sociais. A intenção foi relativizar a prática jornalística a partir da crise do sujeito, do objeto e do modo de representação modernos, tendo em vista a falência do sujeito imparcial, desprovido de valores, do objeto que existe anterior à Linguagem e também da idéia de “verdade por correspondência”. Com isso, procurou-se confrontar um dos pilares canônicos da prática jornalística: a objetividade.

Palavras-chave

Jornalismo; Epistemologia; Objetividade; Subjetividade; Positivismo; Representação; “Verdade por correspondência”.

Abstract

The text “Epistemologia e jornalismo: a falência da objetividade” (Epistemology and Journalism: the objectivity’s failure) tries to discuss the practice of producing news by the questions raised within the historical debate between Philosophy and Science (epistemology), focusing specifically in the field of the Social Sciences. The intention was to rethink Journalism, as a practice, by the crisis of the moderns subject, object and way of representation, having in mind the failure of the impartial subject, without values or interests, of the existing object before Language and also of the “truth by correspondence”. With all that, it was possible to confront one of the greatest issues of the modern Journalism: the objectivity.

Key-words

Journalism; Epistemology; Objectivity; Subjectivity; Positivism; Representation; “Truth by correspondence”.